



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

## Relatório INSP-2023-0040

BI-2023-0040

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 12/05/2023

**Hora:** 16h15

**Tipo:** Ação Conjunta (PSP e IRAE)

**Inspetor responsável:** Luis MAS. Machado

**Outros inspetores da IRA:**

**Outros técnicos de entidades oficiais:** Agentes da PSP e inspetores da IRAE

#### Descrição da inspeção:

Ação conjunta com a PSP e IRAE. A inspeção teve como objetivo verificar o cumprimento das medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e para promoção da reutilização e reciclagem, estabelecidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março.

No local foi contactada a responsável pelo estabelecimento, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Sophie Martine Dubos

**NIPC/NIF:** 224102168

**Sede/morada:** Rua da Guiné, 10

**Código Postal:** 2835-081

**Freguesia:** União das Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira

**Concelho:** Moita

**Ilha:** Setúbal

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Recinto improvisado - Festas Sr. Santo Cristo dos Milagres

**Endereço:** Avenida Infante Dom Henrique, Lado Sul - Espaços n.º 4 e 5

**Código Postal:** 9500-000

**Freguesia:** Ponta Delgada (São Sebastião)

**Concelho:** Ponta Delgada

**Ilha:** Ilha de São Miguel





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Atividade:** Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de produtos alimentares, bebidas e tabaco

**CAE:** 47810

**Período de funcionamento:**

**Licenciamento da atividade:** Processo n.º 11846/23 e 11985/23

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Medidas de redução do consumo de produtos de utilização única

#### 2.1.1 – Proibição de colocação no mercado

Matéria não aplicável ao estabelecimento inspecionado

#### 2.1.2 – Sacos de plástico distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

Matéria não aplicável. Produz efeitos a partir de 01/06/2023.

#### 2.1.3 – Embalagens de bebidas

Matéria não aplicável. Produz efeitos a partir de 01/06/2023 (embalagens de bebidas) e a partir de 01/07/2024 (tampas de embalagens de bebidas).

#### 2.1.4 – Outros produtos de plástico de utilização única

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
a) Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho, de alojamento, de restauração ou de bebidas, incluindo as atividades não sedentárias, é proibida a disponibilização de pratos, tigelas, caixas ou cuvetes e copos, incluindo as respetivas coberturas ou tampas, bem como colheres, garfos, facas, pauzinhos ou varetas, palhinhas e agitadores, cujo componente estrutural principal seja plástico e que, pelas suas características, se destinem a utilização única.	n.º 1 art. 11.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. g), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Cumprido	Confeção de farturas e churros. Não utilizavam copos, pratos nem talheres. Produtos servidos em caixas de papel. Palhinhas de papel.
b) Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho, de alojamento, de restauração ou de bebidas, incluindo as atividades não sedentárias, em que sejam vendidos produtos alimentares ou refeições prontas a consumir, nos regimes de adquirir e levar ou com entrega ao domicílio, incluindo as atividades não sedentárias, é proibido proceder ao agrupamento ou acondicionamento de produtos alimentares ou refeições em caixas ou cuvetes e copos de utilização única, cujo componente estrutural principal seja plástico, incluindo as respetivas coberturas ou tampas.	n.º 1 art. 12.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. h), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Não aplicável	





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
<b>c)</b> Os estabelecimentos e outros locais abrangidos são obrigados a aceitar que os consumidores utilizem as suas próprias embalagens, exceto se considerarem que as mesmas são suscetíveis de provocar a deterioração dos alimentos ou que representam um risco de contaminação.	n.º 1, 2 e 4 art. 12.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. h), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Não aplicável	
<b>d)</b> Os seguintes produtos de plástico de utilização única apenas podem ser colocados no mercado regional caso cumpram os requisitos de marcação relativos às opções de gestão de resíduos e do impacto ambiental do plástico presente no produto: <ul style="list-style-type: none"><li>- Pensos, tampões higiénicos e tampões com aplicador;</li><li>- Toalhetes húmidos para higiene pessoal e para uso doméstico;</li><li>- Produtos do tabaco com filtro e filtros;</li><li>- Copos para bebidas.</li></ul>	n.º 1 e 2 art. 13.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. i), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Não aplicável	

## 2.2 – Medidas de promoção da reutilização e reciclagem

Requisito	Enq. legal	Verificado	Justificação
<b>a)</b> Nos locais onde se realizem atividades de comércio a retalho, de alojamento e de restauração ou de bebidas, incluindo atividades não sedentárias, é obrigatória a separação dos resíduos de embalagens cujo componente estrutural principal seja papel, cartão, plástico, vidro e metal, bem como o seu encaminhamento para destino final adequado, de forma a promover a reciclagem.	n.º 1 art. 14.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. j), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Cumprido parcialmente	Não dispunha da totalidade de recipientes necessários para efetuar a separação dos resíduos produzidos, no entanto existiam contentores municipais em frente ao estabelecimento. O óleo alimentar era acondicionado num bidão fornecido pelo operador Equiambi e recolhido por esse.
<b>b)</b> Os locais abrangidos são obrigados à separação e encaminhamento para reciclagem de cápsulas de café, leite ou infusões, de utilização única, cujo componente estrutural principal seja em plástico ou metal.	n.º 2 art. 14.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. j), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Não aplicável	
<b>c)</b> Quando exista recolha de biorresíduos, os locais abrangidos ficam obrigados a realizar a separação destes em recipientes próprios e a assegurar o seu encaminhamento para destino adequado de valorização.	n.º 3 art. 14.º DLR 5/2022/A; COA leve, al. j), n.º 2, art. 17.º DLR 5/2022/A	Não aplicável	

## 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Não foram detetadas irregularidades passíveis de procedimento contraordenacional.





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

#### **4 – Indicações e medidas adotadas**

**Indicações transmitidas:**

Foram informados da necessidade de procederem à separação dos resíduos produzidos, por tipologia.

**Medidas adotadas:**

- ☐ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra:

Ponta Delgada, 02 de junho de 2023